

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

VERÔNICA ALVES MADRUGA

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES
MULHERES DE PEDAGOGIA**

JOÃO PESSOA
2019

VERÔNICA ALVES MADRUGA

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES
MULHERES DE PEDAGOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a obtenção do grau de
Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Félix da Silva.

JOÃO PESSOA
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M183v Madruga, Veronica Alves.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES
MULHERES DE PEDAGOGIA / Veronica Alves Madruga. - João
Pessoa, 2019.

35 f.

Orientação: JEANE FÉLIX DA SILVA.

Monografia (Graduação) - UFPB/EDUCAÇÃO.

1. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES. PEDAGOGIA. GÊNERO. I.
SILVA, JEANE FÉLIX DA. II. Título.

UFPB/BC

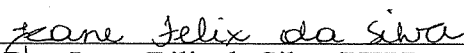
VERÔNICA ALVES MADRUGA

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE
PEDAGOGIA

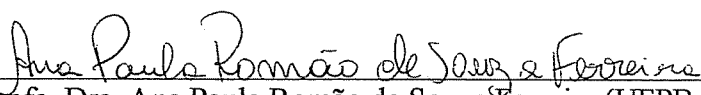
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como recurso
parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Aprovado em: 30/09/2019


BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Jeane Félix da Silva (UFPB – Campus I)
1ª Examinadora / Orientadora



Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira (UFPB – Campus I)
2ª Examinadora / Interno



Profa. Dr. Vinícius Varella Ferreira (UFPB – Campus I)
3ª Examinador / Interno

Dedico este trabalho a todas as mulheres que sofreram violência, de qualquer tipo, e àquelas que lutaram e lutam para que não exista mais nenhum tipo de violência e que possamos viver sem desigualdades, caminhando juntas e juntos para uma vida melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me permitido superar todas as barreiras que surgiram ao longo do caminho.

Agradeço à Pedagogia que fez de mim uma pessoa melhor.

Agradeço aos meus filhos pela compreensão de minha ausência materna.

Agradeço às (aos) docentes pelos conhecimentos adquiridos durante a minha formação acadêmica.

Agradeço especialmente a minha orientadora, que nesta fase de minha vida me deu forças e coragem para concluir mais esta etapa de minha vida.

Obrigada a todos e todas que, de alguma maneira, contribuíram em me encorajar nos momentos de fraqueza.

Agradeço a mim mesma pelas superações das lutas diárias e como sempre, **VAMOS EM FRENTE!**

RESUMO

A violência contra as mulheres é um problema social que preocupa profissionais de diversos campos. Seus impactos atingem mulheres de todas as classes sociais, idades, locais de moradia, sendo uma das formas mais graves e recorrentes violação contra os direitos humanos das mulheres. Sendo o Curso de Pedagogia composto majoritariamente por mulheres. Diante desse cenário, cabe perguntar: qual a percepção das estudantes de Pedagogia, do Campus I da UFPB, sobre a temática da violência contra as mulheres? Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, desenvolvida a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado com 13 alunas estudantes concluintes do referido Curso. Os resultados apontam que apesar da violência ser um fenômeno bastante conhecido, as pedagogas em formação possuem poucas reflexões e conhecimentos acadêmicos sobre o tema, o que aponta para a necessidade de abordagem da violência contra as mulheres no currículo do curso de Pedagogia como forma de ampliar os conhecimentos das estudantes sobre o tema.

Palavras-chave: Violência contra mulheres. Pedagogia. Gênero.

ABSTRACT

Violence against women is a social problem that worries professionals in various fields. Its impacts reach women of all social classes, ages, places of residence, being one of the most serious and recurring forms of violation of women's human rights. Being the Pedagogy Course composed mostly of women. Given this scenario, it is worth asking: what is the perception of the female students of Pedagogy, Campus I of UFPB, on the theme of violence against women? This is a qualitative exploratory research developed from the application of a semi-structured questionnaire with 13 students who completed the course. The results indicate that although violence is a well known phenomenon, the educators in training have few reflections and academic knowledge on the subject, which points to the need to address violence against women in the Pedagogy course curriculum as a way to expand students' knowledge on the subject.

Keywords: Violence against women. Pedagogy. Gender.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Violência contra as mulheres na legislação no estado da Paraíba

Quadro 2 - Caracterização das Participantes da Pesquisa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	13
2.1	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NOS E APARATOS LEGAIS.....	16
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS	20
4	ANÁLISES DAS PERCEPÇÕES DAS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
6	REFERÊNCIAS	29
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA AS DISCENTES.....	31
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	34

1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é um problema social que preocupa profissionais de diversos campos. Seus impactos atingem mulheres de todas as classes sociais, idades, locais de moradia, sendo uma das formas mais graves e recorrentes violação contra os direitos humanos das mulheres. Meu interesse pelo tema surgiu ao ouvir, assistir e ler, com muita frequência, notícias sobre a violência contra as mulheres: nas redes sociais, em telejornais e rádios, quase que diariamente. Isso me incomodava cada vez mais. Sempre soube da existência da violência contra as mulheres, porém, percebi que esta violência acontecia pelo simples motivo das mulheres não aceitarem mais serem aprisionadas em si mesmas, silenciadas e terem os seus desejos desconsiderados pelos homens em sua volta: companheiros, irmãos, pais. As mulheres não aceitavam mais terem suas vontades tolhidas, negadas e não terem o comando sobre suas próprias vidas.

Além disso, eu também sentia, como aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia, que a violência contra as mulheres também estava presente na vida de algumas de minhas colegas. A violência estava ali, perto de mim, embora não me acometesse diretamente, sua existência me incomodava e continua a me incomodar. Diante disso, me vinha uma preocupação: será que nós, estudantes do curso de Pedagogia, nos sentimos preparadas para lidar com o tema da violência contra as mulheres em nossos cotidianos de trabalho e em nossas próprias vidas? Diante disso uma preocupação de quais as percepções que nós, discentes do curso de Pedagogia, temos sobre a violência contra as mulheres? Sendo a Pedagogia um curso extremamente composto por mulheres, considero esse tema de alta relevância para a nossa formação.

Cabe registrar que o tema da violência contra as mulheres é bastante complexo e que tem preocupado profissionais de diversos campos do conhecimento. Ademais, esse é um tema que afeta sociedade de modo geral, sendo uma das formas mais graves e recorrentes violação contra os direitos humanos das mulheres. A violência contra as mulheres não é algo novo em nossa cultura. Trata-se de um evento que acontece desde a formação das primeiras famílias. Isso porque, historicamente, as famílias eram comandadas por homens numa perspectiva machista e patriarcal, sustentada na naturalização do exercício do poder por parte dos homens, impondo às mulheres uma posição inferiorizada. O machismo, segundo Carvalho; Andrade; Junqueira, 2009, p. 31, “é a crença de que os homens são superiores às mulheres”. As relações

machistas têm efeitos que “discriminam negativamente, cerceiam e desqualificam as mulheres” (*ibidem*).

A violência contra as mulheres no Brasil apresenta números bastante expressivos. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), em 2010, em parceria com o Serviço Nacional do Comércio (SESC), estima-se que cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos no Brasil, sendo o parceiro (marido, namorado ou ex) em geral, o responsável por mais de 80% dos casos reportados. Dados mais recentes são igualmente assustadores. Nesse sentido, em 2018, 536 mulheres foram vítimas de agressão física, por hora, no Brasil. Dezesesseis milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência e 59% da população afirmou ter visto uma mulher ser agredida física ou verbalmente em 2018. Das que têm entre 16 a 24 anos, 66% sofreram algum tipo de assédio nos últimos 12 meses (FUNDACENTRO, 2019¹). Outros dados, dessa vez, da 2ª Edição pesquisa *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o Instituto Datafolha/FBSP (2019), mostra que a mulher brasileira vive sob o risco constante de violência.

Assim, reconhecendo a gravidade da temática e reforçando a importância da sua abordagem no curso de Pedagogia, diante deste cenário, a presente pesquisa tem como objetivo geral conhecer a percepção de pedagogas em formação, no Campus I, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sobre a temática da violência contra as mulheres.

Os objetivos específicos vêm identificar as percepções das discentes mulheres do curso de pedagogia, descrever e analisar estas percepções nas realidades sociais, familiares e escolares; como se dão e se relacionam entre si; compreender como esse fenômeno é debatido e discutido nas falas dos educadores junto aos discentes em salas de aula; detectar e analisar as concepções teóricas que fundamentam suas práticas educativas de intervenção em salas de aula. Com isso, desejo conhecer se que as futuras profissionais da educação estão preparadas para enfrentar a violência contra as mulheres que muitas vezes assolam elas próprias, assim como muitas das mulheres com quem convivem. Tal pesquisa se justifica por ser o Curso de Pedagogia majoritariamente feminino, desde as alunas às docentes.

Considero pesquisar as percepções que as futuras pedagogas têm acerca da violência contra as mulheres, apontando as possíveis contribuições do Curso para suas compreensões sobre o tema, é importante porque trará pistas para a inserção ou aprofundamento do tema na formação inicial. Acredito que a educação é um dos meios para contribuir com o

¹ Informações disponíveis em: <http://www.fundacentro.gov.br/noticias/detalhe-da-noticia/2019/3/536-mulheres-foram-vitimas-de-agressao-fisica-a-cada-hora>. Acesso em: 17 set 2019.

enfrentamento das violências cotidianas que acometem muitas mulheres e que o curso de Pedagogia não pode se furtar de refletir sobre o tema com seus estudantes, particularmente as mulheres.

Assim, para conhecer as percepções das discentes do Curso de Pedagogia na UFPB sobre o tema da violência contra a mulher, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, desenvolvida a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado com estudantes mulheres concluintes do referido curso; Foram aplicados, nesse processo, questionários com 13 (treze) estudantes.

Com isso, realizei uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. A pesquisa qualitativa é aquela que não se preocupa com a quantidade, mas com a qualidade das informações obtidas (GIL, 2002). As pesquisas exploratórias, por sua vez, segundo Gil (2002, p. 41), “são aquelas que têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”.

O drama de violência contra as mulheres não é apenas uma questão policial, mas, também, educacional. Em uma sociedade machista, é preciso educar os homens para não agirem com violência, e educar as mulheres para que se protejam das violências e, se elas acontecerem, estejam preparadas para denunciar e buscar por justiça. É preciso educar a sociedade como um todo para que não sejam naturalizadas as situações de violência contra a mulher. E essas aprendizagens são, todas elas, processos educativos. Além disso, é preciso que os vários setores da sociedade se envolvam de maneira efetiva no enfrentamento das violências cometidas contra as mulheres. No tocante à Educação, acredito que é por meio dela que podemos educar para uma vida não violenta, anti-machista, na perspectiva dos direitos humanos e da cultura de paz.

No Brasil, apesar da existência da igualdade de direitos entre mulheres e homens, afirmados constitucionalmente (BRASIL, 2019), as instituições não conseguem funcionar de modo a coibir a violência e punir os agressores, o que, inclusive, muitas vezes, não acontece ou ocorre de modo brando. Acredito que a educação deva atuar no enfrentamento dos machismos e das desigualdades entre homens e mulheres, ou seja, uma educação baseada na perspectiva de gênero. Gênero, neste trabalho, é compreendido como uma “construção sociocultural baseada nas diferenças sexuais” (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009, p. 18). Nesse sentido, é preciso que nós, educadores (as) em formação, estejamos engajados (as) em atividades para a promoção de uma Educação que promova a paz, a liberdade e o respeito às diferenças. Por esta razão, me interesso por conhecer como as

estudantes concluintes do curso de Pedagogia percebem a violência contra as mulheres, tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

De modo sintético, este TCC está organizado em cinco capítulos complementares, quais sejam: Este primeiro, introdutório; o segundo, que apresenta o referencial teórico que embasa o trabalho; o terceiro capítulo refere-se aos caminhos metodológicos desenvolvidos; o capítulo quarto, de análise, apresenta a percepção das estudantes do curso de Pedagogia sobre a violência contra as mulheres; por fim, o último que apresenta as considerações finais do TCC. Passo, a seguir, ao segundo capítulo.

2 GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Em uma sociedade como a nossa, centrada numa perspectiva machista, a figura do homem, como controlador das mulheres, tem sido reproduzido desde os tempos mais remotos. No Brasil, historicamente, o patriarcado tem exercido uma força muito importante, fazendo com que as mulheres tenham sofrido efeitos como a privação de seus direitos e violências de todos os tipos. O patriarcado, de acordo com Carvalho; Andrade; e Junqueira (2009, p. 36) “sistema social baseado na autoridade masculina nos domínios público e privado”. O patriarcado é um dos fatores que sustenta a inferiorização das mulheres no setor produtivo e no interior de suas próprias casas, fazendo com que elas estejam subjugadas aos seus companheiros, pais, irmãos. Ao mesmo tempo, os processos de inferiorização das mulheres tem como efeito a organização política das mulheres e processos de luta que marcam todas as nossas conquistas. Nesse sentido, a trajetória das mulheres, em geral, tem sido construída por lutas por seus direitos.

Tradicionalmente, as mulheres foram criadas para casar, ter filhos (as), tomar conta do lar e do marido. Desde a nossa infância, nós mulheres temos sido submetidas a uma socialização machista, independente de nossa vontade, formando em nossas consciências, por exemplo, a ideia equivocada de que os meninos/homens são superiores às meninas/mulheres. De modo geral, as crianças ainda são socializadas por meio de brinquedos diferenciados por sexo: para eles carrinhos, bolas, quebra-cabeças, que visam educá-los para os espaços públicos; para elas: bonecas, equipamentos de “minicozinhas”, entre outros, que visam ensiná-las sobre o mundo doméstico, privado. Ou seja, mulheres e homens são educados (as), desde muito cedo, de modos diferenciados, por meio de estereótipos de gênero. Segundo Carvalho, Andrade e Junqueira (2009, p. 15), “um estereótipo é uma representação simplificada e simplificadora, parcial, exagerada, geralmente negativa e prejudicial de um grupo, resistente à correção, pela evidência empírica e pela organização lógica”.

Na história brasileira, a primeira luta feminista foi em busca do direito ao voto, o que também aconteceu em outros países. As feministas que lutaram pelo voto das mulheres ficaram conhecidas como sufragetes. Segundo Pinto (2010, p. 16):

As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do

Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

O direito de votar e de ser votada foi um importante movimento das mulheres rumo ao acesso a ocupação de espaços públicos, por isso foi uma luta tão importante dos primeiros anos do movimento feminista. O Feminismo é um movimento plural que luta por igualdade de direitos entre mulheres e homens, “refere-se tanto a uma ideologia de liberação das mulheres quanto a uma teoria crítica do sexismo e da sociedade patriarcal [...]” (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009, p. 16).

No Brasil, as políticas públicas de enfrentamento a violência contra as mulheres são relativamente recentes, datando da década de 1980. De acordo com a Agência Patrícia Galvão, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher foi o primeiro documento internacional que tratava diretamente sobre os direitos humanos das mulheres. O Brasil aderiu ao Decreto apenas em 1984, por meio do Decreto nº 89.460 (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, s.d).

Em 24 de novembro de 2003 foi promulgada a Lei nº 10.778, que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher que forem atendidos em serviços de saúde, públicos ou privados, em todo o território nacional. A notificação aplica-se a qualquer tipo de violência, que tenha acontecido em qualquer espaço por qualquer pessoa. Apenas em 2006, com a publicação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que se tornou o principal instrumento legal para prevenir e punir a violência doméstica praticada contra mulheres no Brasil (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, s.d).

Cabe indicar que a legislação não coíbe nem evita a existência da violência contra as mulheres, mas prevê punição para os agressores, o que é um passo importante no reconhecimento da violência contra as mulheres como uma questão grave e que precisa de atenção e investimentos de todos os tipos, inclusive educacionais. Nesse sentido, acredito na potencialidade das ações educativas no âmbito do gênero. O conceito de gênero não se refere apenas aos homens e às mulheres, mas geralmente diz respeito a elas, uma vez que trata das relações sociais desiguais geradas socialmente entre homens e mulheres.

A violência de gênero pode ser entendida como imposição de comportamentos feminino-masculinos, que se iniciam na família, instituição primária da sociedade, que nos faz entender que a violência nem sempre é na escola, mas ela se estende até escola. Demonstrando que existe uma necessidade real de políticas públicas para coibir com o que está por trás deste cenário de violência contra as mulheres que perpassam os muros da escola.

A violência não é algo novo, segundo Blay (2003, p. 87), “agredir, matar, estuprar uma mulher ou uma menina são fatos que têm acontecido ao longo da história em praticamente todos os países ditos civilizados e dotados dos mais diferentes regimes econômicos e políticos”. Para essa autora, “a magnitude da agressão, porém, varia. É mais frequente em países de uma prevalecente cultura masculina, e menor em culturas que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero” (*idem*). Ou seja, investir em educação para a equidade de gênero é um caminho importante para a luta contra as violências.

A violência de gênero é a maior causadora de morte entre as mulheres antes dos quarenta e cinco anos no mundo. Segundo a Agência Patrícia Galvão³, as violências contra as mulheres podem assim serem classificadas: assédio e exploração sexual, estupro, tortura, agressões físicas, violência psicológica, perseguição, feminicídio, violência patrimonial, simbólica (identidade sexual, cor, idade, linguística, tipo físico) etc. Cabe destacar que, no Brasil, o feminicídio passou a ser crime apenas em 2015, com a Lei Nº 13.104. Segundo esta Lei, o feminicídio é o “homicídio qualificado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. A Lei considera que “há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2015).

A violência contra as mulheres, muitas vezes, ocorre por meio do uso de força física e psicológica, utilizadas pelos homens para mostrar quem é o mais forte, o que fragiliza as mulheres. Em virtude disso, esse é um tema que deve ser abordado nas escolas: para ensinar aos meninos sobre formas não violentas de existir e às meninas as formas de se proteger e, se for o caso, denunciar. Contudo, atualmente, não há uma orientação curricular que estimule a abordagem das questões de gênero nos currículos, muito pelo contrário, há um forte movimento para evitar que esse tema seja trabalhado, sob o argumento de que isso seria ideologia de gênero, termo, inclusive, que não é adotado pelas ativistas e pesquisadoras que atuam no âmbito das teorias de gênero (FÉLIX, 2015).

Assim, a abordagem nas escolas ainda é feita de forma muito tímida, reproduzindo, muitas vezes, um discurso machista que reproduz desigualdades.

Cabe informar que, no final da década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) traziam a orientação de que a violência fosse inserida nos currículos, de modo transversal (BRASIL, 1998). Segundo os PCN:

é pela educação que se deve combater a discriminação através em gestos, comportamento e palavras, que afasta e rotula grupos sociais. Contudo, ao mesmo tempo em que não se aceita que permaneça a atual situação em que a escola é

cúmplice, ainda que só por omissão, não se pode esquecer que esses problemas não são essencialmente comportamento dos sujeitos, mas das relações sociais, e como elas têm história e permanência. O que se coloca, portanto, é o desafio de a escola se constituir um espaço de resistência, de possibilitar outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsavelmente perante elas (BRASIL, 1998, p. 39, 40).

Nesse sentido, considerando que os PCN datam de duas décadas, retrocedemos em termos das políticas públicas de incentivo à abordagem das questões de gênero e enfrentamento das violências nos currículos escolares. Em termos de justiça para aqueles que cometem violência contra as mulheres, no Brasil, foi lançada, em 2006, a Lei nº 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Trata-se do principal instrumento jurídico para coibir, punir e prevenir a violência doméstica praticada contra mulheres no Brasil.

O inciso V do Artigo 8º da Lei Maria da Penha, determina “a promoção e a realização campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral”. Cabe destacar que se encontra em tramitação no Senado o Projeto de Lei 598/2019, que propõe “incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra as mulheres nos currículos da educação básica”².

De acordo com a “Gênero e Número, mídia publicada em 17 de abril de 2019”, “enquanto defensores da “Escola sem Partido” tentam reduzir, e até eliminar, a discussão sobre gênero das salas de aula, a inclusão do combate à violência contra a mulher no currículo escolar enfrenta menos barreiras e acontece, mais discretamente, em alguns estados do Brasil desde 2015. Atualmente, sete unidades federativas têm em vigor leis que determinam o debate sobre violência de gênero nas escolas públicas e privadas.

2.1 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E ALGUNS APARATOS LEGAIS

Algumas pesquisas sobre a violência contra mulheres foram realizadas através de sites na internet, sendo localizadas e detalhadas a seguir. Em nível nacional, o Mapa de violência contra mulheres no Brasil, publicado em 2018 pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Câmara dos Deputados Federais – Brasília/DF), classifica os tipos de violência contra as mulheres nos seguintes tipos: violência doméstica (agressões físicas), estupro, violência psicológica, assédio sexual, patrimonial, moral e feminicídio. A violência contra as mulheres não escolhe classes sociais e religiões. No resultado do levantamento foram identificados

²Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135145>. Acesso em: 17 set 2019.

68.811 casos de violência contra a mulher. Na Paraíba, segundo o Anuário da Segurança

Pública da Paraíba, divulgado em 31 de janeiro de 2019, mais de mil mulheres foram mortas nos últimos 10 anos na Paraíba (BUENO; LIMA, 2019).

Segundo a mesma fonte, durante o ano de 2018 foram registradas 84 mortes de mulheres na Paraíba. No estado, os números da violência durante o período de 2009 a 2018, indicam que o ano de 2011 foi o que mais ocorreu crimes contra mulheres, com 146 vítimas de crimes violentos e letais. Considero estes dados muito preocupantes.

Em termos de legislação, a Paraíba possui algumas, as quais passo a descrever.

Quadro 1 - Violência contra as mulheres na legislação no estado da Paraíba

ITEM	TEMA	DIREITO	ALVO	LEI	CONTEÚDO
13	Violência contra mulheres (geral)	Medidas de responsabilização de autores	Mulheres	Lei n. 11.205/2018	Dispõe Sobre Penalidades a toda e qualquer Veiculação Publicitária com misoginia sexista ou que estimule agressão e violência sexual no Estado e dá outras providências.
12	Feminicídio	Medidas de prevenção	Mulheres	Lei n. 11.166/2018	Institui O Dia Estadual de Combate ao Feminicídio na Paraíba e dá outras providências.
11	Violência contra mulheres (geral)	Medidas de proteção/promoção de direitos	Mulheres	Lei n. 11.154/2018	Dispõe Sobre a obrigatoriedade da Divulgação da Central de Atendimento á Mulher (Disque 180) e do Serviço de denúncia De Violações Aos Direitos Humanos (Disque 100). Nos estabelecimentos de acesso ao público que especifica.
10	Violência sexual	Medidas de proteção/promoção de direitos	Mulheres	Lei n. 10.785/2016	Determina a proibição de exibição, divulgação e apresentação de Outdoor, Cartazes ou qualquer material publicitário, que contenha apelo erótico e depreciar a pessoa humana como objeto sexual e dá outras providências.
9	Violência sexual	Medidas de proteção/promoção de direitos	Mulheres	Lei n. 10.724/2016	Dispõe sobre Normas De Prevenção, Erradicação Da Violência Sexual contra a mulher, prioridade e proteção à identidade no atendimento médico das vítimas no Estado da Paraíba.
8	Violência doméstica	Medidas de proteção/promoção de direitos	Mulheres	Lei n. 10.674/2016	Dispõe sobre o uso do "Botão Pânico" no cumprimento de medidas protetivas de Urgência para Mulheres Vítimas de violência doméstica e familiar.

7	Violência sexual	Medidas de proteção/promoção de direitos	Mulheres; Crianças e adolescentes	Lei n. 10.603/2015	Dispõe sobre o atendimento às vítimas de violência sexual e torna obrigatório o atendimento hospitalar diferenciado multidisciplinar às crianças e mulheres vítimas de violência em geral e dá outras providências
6	Violência doméstica	Medidas de proteção/promoção de direitos	Mulheres	Lei n. 10.489/2015	Obriga os Hospitais à informarem à Delegacia De Polícia caso haja indícios de violência doméstica, em especial contra a mulher, idoso, criança e adolescente.
5	Violência contra mulheres (geral)	Implementação de serviços e políticas	Mulheres	Lei n. 10.275/2014	Institui a política Estadual de enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e dá outras providências
4	Violência contra mulheres (geral)	Medidas de proteção/promoção de direitos	Mulheres	Lei n. 9.607/2011	Dispõe sobre a inclusão do critério de prioridade à mulher vítima de violência na inscrição para aquisição de unidade habitacional destinada às mulheres inseridas em programas de assistência.
3	Violência doméstica	Medidas de proteção/promoção de direitos	Mulheres	Lei n. 8.391/2007	Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Especial de Atendimento para fins de renda e emprego, às mulheres vítimas de violência doméstica.
1	Violência contra mulheres (geral)	Medidas de proteção/promoção de direitos	Mulheres; Crianças e adolescentes	Lei n. 7.862/2005	Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação de maus tratos em crianças, adolescentes, deficientes físicos, mulheres e pessoas idosas e dá outras providências.
11	Discriminação	Medidas de responsabilização de autores	Mulheres	Lei n. 5.602/1992	Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem mulheres e dá outras providências.

Fonte: a autora.

Como é possível perceber no Quadro 1, existem legislações importantes para coibir e punir a violência contra as mulheres, todavia, os dados seguem alarmantes. Para mim, fica nítida a necessidade de educar para a não violência. A educação para a igualdade de gênero nas escolas é essencial na prevenção da violência contra mulheres, nas palavras da subprocuradora-geral da República, Luiza Cristina Frischeisen³: “é impossível chegar a patamares razoáveis de violência sem que nas escolas, desde a educação infantil, haja um preparo para a igualdade de gênero”, disse ela durante audiência pública no Senado sobre os 12 anos da Lei Maria da Penha. Segundo Frischeisen: “É preciso haver educação nas escolas com o viés de igualdade de gênero. Os alunos precisam aprender a considerar as meninas como sujeito de direitos, e não sujeito de coisas. Por exemplo, até a criança de 6 ou 7 anos perceber que o abuso sexual não é normal, demora muito” (*idem*).

³Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, é doutora em direito pela Universidade de São Paulo - USP em 2004. Membro do ministério público federal desde 1992. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-09/educacao-de-genero-na-escola-previne-feminicidios-dizem-especialistas>. Acesso em 17 set 2019.

Diante disso, passo, a seguir, a apresentar os caminhos metodológicos deste TCC para, em seguida, apresentar a percepção das estudantes do curso sobre o tema deste estudo. Contudo, para que o tema seja abordado nas escolas, é fundamental que haja investimento em formação inicial e continuada de professores/as para que estes/as sintam-se preparados/as para abordar o tema, perceber situações de violência vivenciadas por suas estudantes e por si próprias e conheça os organismos de proteção, bem como a legislação. Nesse sentido, cabe destacar que no âmbito do Curso de Pedagogia, Campus I, da Universidade Federal da Paraíba, no atual Projeto Pedagógico de Curso – PPC (2006), não há nenhum componente curricular voltado especificamente à abordagem da temática da violência contra as mulheres e apenas um “Educação e Diversidade Cultural” que traz, em sua ementa, a temática da diversidade com ênfase nas questões de gênero, o que é muito pouco se tratando de um curso composto majoritariamente por mulheres e responsável por formar educadores(as).

Dando continuidade ao presente trabalho, descrevo o caminho percorrido adiante para que a pesquisa se tornasse objeto do presente trabalho, detalhando passo a passo como ocorreu, desde a construção do questionário e aplicação da pesquisa, até a fase de finalização da mesma.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste trabalho foi de pesquisa de natureza qualitativa de caráter exploratório, que se realizou através da aplicação de um questionário composto por perguntas abertas e fechadas, no qual as participantes puderam expressar suas visões acerca do tema. As pesquisas qualitativas têm por finalidade analisar, entender e descrever os fenômenos sociais, exigindo do pesquisador(a) habilidades para poder perceber e contextualizar o que é trabalhado dentro da pesquisa (FLICK 2009). Segundo Flick (2009, p. 8), isso pode ocorrer de diversas maneiras, entre as quais:

- Analisando experiências de indivíduos ou grupos. As experiências podem estar relacionadas a história biográficas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia-a-dia;
- Examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo. Isso pode ser baseado na observação e no registro de práticas, interação e comunicação, bem como da análise do material.

No caso desta pesquisa, meu interesse era conhecer qual a percepção das estudantes sobre a temática da violência contra as mulheres. Por isso, não me importava com a quantidade de informações que coletaria, mas com a qualidade delas. O questionário foi utilizado como técnica de coleta de dados por permitir que as participantes preenchessem anonimamente e de maneira livre as questões que lhes foram feitas. O roteiro do questionário encontra-se como apêndice deste TCC.

Uma semana antes de ir ao campo, solicitei autorização ao professor responsável pela disciplina de Educação e Movimentos Sociais, componente curricular obrigatório da Área de Aprofundamento Educação de Jovens e Adultos, em nosso curso, permissão para abordar às alunas do último período, explicando que o questionário integrava meu Trabalho de Conclusão de Curso e que tinha a finalidade de conhecer as percepções das discentes sobre o tema da violência contra as mulheres. Avisei que o questionário seria aplicado na próxima semana. O professor gentilmente concordou que eu apresentasse a pesquisa às estudantes e as convidasse a participar de meu trabalho.

No primeiro contato com o público da pesquisa, no dia 22 de julho de 2019, no início e no final da aula de Educação e Movimentos Sociais, com permissão do professor, realizei uma abordagem com as discentes mulheres, concluintes, visando obter um conhecimento prévio do que as estudantes tinham sobre o tema, para servir de direção as etapas seguintes

desta pesquisa, foi explicado como iriam acontecer os procedimentos deste trabalho e sua finalidade, e no dia 29 de julho de 2019, num contexto de 36 alunas, apenas 13 estudantes prontamente se disponibilizaram. Antes da aplicação do questionário, as discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia, turno noturno, que estavam cursando o último período do Curso no período letivo 2019.1 foram informadas sobre os objetivos da pesquisa. Caso concordassem em participar, elas deveriam assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que se encontra em apêndice neste trabalho.

É necessário esclarecer que a pesquisa fora realizada apenas com mulheres porque chegamos ao último período sem o sexo masculino para que pudesse participar da pesquisa. Os poucos que haviam, ao longo do caminho desistiram do curso e outros fizeram outra opção de formação.

No dia agendado com o professor para a apresentação da pesquisa e entrega dos questionários, 13 discentes aceitaram participar. Essas discentes receberam o questionário e tinham um tempo para responder. Percebi que, algumas delas, ficaram muito pensativas no momento de responder e outras ficaram tímidas, talvez porque conhecessem pouco sobre as questões que foram convidadas a responder.

Cabe destacar que algumas das concluintes de Pedagogia responderam imediatamente, porém deixando respostas curtas. Outras preferiram responder ao final da aula. Nesse caso, estive mais perto podendo observar que algumas estavam apressadas para ir para casa. Deixei as discentes à vontade. Expliquei que a pesquisa tinha uma postura educativa de contribuir com a formação delas, na medida em que refletiam sobre o tema. As respostas das estudantes aos questionários serão apresentadas no próximo capítulo.

4 ANÁLISES DAS PERCEPÇÕES DAS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Antes de refletir sobre as respostas das participantes desta pesquisa ao questionário, apresento um quadro com a caracterização delas. Cabe destacar que, em virtude de garantir o anonimato, utilizo nomes fictícios para elas.

Quadro 2 - Caracterização das Participantes da Pesquisa

Nome	Idade	Raça/Cor	Residência	Estado Civil	Filhos	Trabalha	Orientação Sexual
Ana	40	Branca	João Pessoa	Solteira	Não	Sim	Heterossexual
Clea	25	Branca	João Pessoa	Solteira	Não	Não	Bissexual
Diana	33	Branca	João Pessoa	Solteira	Não	Sim	Heterossexual
Elba	34	Branca	João Pessoa	Solteira	Não	Sim	Homossexual
Elza	23	Parda	João Pessoa	Solteira	Não	Sim	Heterossexual
Giuza	55	Branca	João Pessoa	Divorciada	Sim	Sim	Heterossexual
Hilda	19	Branca	Sapé	Solteira	Não	Sim	Heterossexual
Inês	X	Parda	João Pessoa	União Estável	Sim	Sim	Heterossexual
Júlia	34	Parda	Bayeux	União Estável	Sim	Sim	Heterossexual
Luísa	26	Parda	Sobrado	Solteira	Não	Sim	Heterossexual
Maria	37	Branca	João Pessoa	Solteira	Sim	Não	Heterossexual
Telma	X	Parda	João Pessoa	Casada	Sim	Sim	Heterossexual
Zilma	34	Branca	Itabaiana	Casada	Sim	Sim	Heterossexual

Fonte: A autora.

As discentes que responderam ao questionário, conforme o Quadro 2, possuem idades variadas, sendo a mais nova com 19 e a mais velha com 55 anos de idade. Oito delas se identifica como branca e cinco como pardas, nenhuma delas se identificou como negra. Um destaque importante aqui é que o fato de nenhuma das discentes terem se identificado como negra no questionário, não significa que não existam alunas negras no Curso de Pedagogia.

Em relação ao estado civil, a maioria delas, respondeu estar solteira, uma delas se identificou como divorciada e as demais como casada. Seis das participantes desta pesquisa disseram ter filhos (as). No tocante à orientação sexual, onze dessas mulheres se identificaram como heterossexuais, uma como bissexual e outra como homossexual. Esse perfil, brevemente descrito, aponta para um perfil bastante diversificado entre as participantes desta pesquisa: mulheres de diferentes etnias, de orientações sexuais, estados civis, etc. Tendo em comum a vulnerabilidade de sofrerem violências em suas rotinas, por serem apenas mulheres.

Quanto ao domicílio residencial, 09 afirmaram morarem João Pessoa e apenas 03 no interior do Estado. Para as mulheres que residem fora de João Pessoa, a distância se torna um item que dificulta o acesso à Universidade, pois muitas vezes, às prefeituras não

disponibilizam o transporte para os (as) estudantes possam vir às aulas. Além disso, muitas vezes, os transportes quebram ou não possuem combustível para deslocar os (as) estudantes para a Universidade. Outro destaque importante é que seis discentes participantes desta pesquisa afirmaram trabalhar na área da Educação. Acredito que o diploma universitário valorizará o campo profissional delas.

Vejamos o que as estudantes disseram em resposta ao questionário.

Questão 1: Na sua opinião, a violência contra as mulheres é uma temática importante para o curso de Pedagogia?

Para essa pergunta, todas as participantes desta pesquisa responderam que concordam totalmente, o que é um dado bastante interessante uma vez que, ao concluirmos o Curso, certamente, nos depararemos com situações em que a temática da violência, infelizmente, se fará presente e conhecer o tema é um passo importante para enfrentar e encontrar estratégias para enfrentar os desafios que a temática nos coloca. Como educadoras/es, somos mediadoras/es dos processos de desenvolvimento e construção das subjetividades dos/as alunos, suas aprendizagens e relações interpessoais que ocorrem na escola.

Como já foi dito em outras partes deste trabalho, a violência, em todas as suas expressões, pode trazer danos irreparáveis para o desenvolvimento intelectual, físico e mental de crianças e adolescentes. É imprescindível a construção de estratégias de enfrentamento a todos os tipos de violência e a escola é uma aliada fundamental nesse processo. Sobre isso, Loureiro (2000, p.130) destaca:

Há muito a violência rompeu os muros escolares, irrompeu, ou brotou, na escola, parecendo querer ficar, dominar, malgrado as boas intenções e ações para combatê-las nos seus efeitos [...]. Nem só fora, do exterior, a violência chega à escola. Ela explode também de dentro para fora, na pedagogia adotada, na gestão exercida, nos princípios propostos, na maneira de os propor e buscar a concretização, na ausência da alteridade, no etnocentrismo e furor pedagógico (grifos do autor).

Ou seja, a escola não pode se furtar do desafio de contribuir para educar para uma cultura de paz e educar meninos não violentos. Preocupada com o tema, a ONU lançou a estratégia educativa o “*Valente não é Violento*”, que é “uma iniciativa dentro da campanha UNA-SE Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, que conta com o envolvimento de todas as agências da ONU e é coordenada pela ONU Mulheres”⁴. Trata-se de planos de aula voltados a abordagem do tema nas escolas.

⁴ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/campanha/o-valente-nao-e-violento/>. Acesso em: 07 set 2019.

Na sequência do questionário, as estudantes foram perguntadas sobre – **Questão 2: se durante sua formação no curso de pedagogia, o tema violência contra mulheres foi abordado?**

Para essa pergunta, 84% das discentes informaram que sim, em algumas disciplinas, tais como: Currículo e Trabalho Pedagógico, Educação e dos Movimentos Sociais, Alfabetização de Jovens e Adultos, Educação e Diversidade, Psicologia da Educação. Uma observação importante aqui é que nenhum desses componentes curriculares tem, como ementa, abordar a temática da violência. Uma suspeita que tenho é que esse tema é abordado por professores e professoras implicados com movimentos feminista e de luta pelos direitos das mulheres. Tal afirmação ocorre porque eu também fui aluna desses componentes curriculares e conheço o perfil dos/as professores/as que as ministraram para minhas colegas. Faço o destaque para abordagem explícita do tema no componente curricular Educação e Movimentos Sociais, uma vez que aborda, o movimento feminista e suas ações. Duas discentes responderam que o tema foi abordado através de projetos de Prolicen e não diretamente durante os componentes curriculares.

Segundo as estudantes participantes desta pesquisa, outras disciplinas discutiram sobre o tema superficialmente, tais quais: Corpo, Ambiente e Educação; Educação e Diversidade Cultural; e Currículo e Trabalho Pedagógico. Sendo o tema tão relevante pra nossa formação como futuras educadoras, a impressão que tenho neste momento é que o Curso deixa lacunas quanto a nos preparar para abordar o tema em nossas práticas educativas.

A Questão 3, perguntava: **Em sua percepção, esse tema deveria ser melhor abordado no curso?**

Quando questionadas se o tema violência contra mulheres deveria ser melhor abordado no curso, todas responderam que sim. As sugestões dadas por 31% das discentes foram que o tema deveria ser explorado em todas as disciplinas; 38% das discentes disseram que as abordagens sobre o tema deveriam ser através de diálogos, e 23% discentes através de palestras. Uma discente não fez sugestões para essa questão.

Se o tema de violência contra as mulheres, nas percepções das discentes entrevistadas, é que um tema deveria ser mais abordado durante o curso, percebo que precisamos ter a conscientização de que a violência de gênero é um fenômeno complexo e que enfrentá-la exige aprofundamento de conhecimentos, além de um processo pedagógico integrado e contínuo, envolvendo toda a comunidade escolar. No caso da formação de educadores(as), é importante que o curso de Pedagogia aborde essa questão de modo transversal, em vários

componentes curriculares. A falta de reflexões sobre o tema pode causar um clima de insegurança a nós, futuras profissionais da educação.

Não é somente papel das escolas e dos (as) professores (as) o combate a violência contra as mulheres. Políticas públicas e a sociedade, de forma geral, devem investir no provimento de ações pedagógicas que possibilitem a prevenir, na medida do possível, problemas de natureza violenta.

A próxima questão, interrogava sobre **quais os tipos de violência contra mulheres você conhece?**

A essa questão, 92% das discentes afirmaram que conhecem a violência física, psicológica, sexual e moral; 92% conhecem a violência moral e 39% discentes não conhecem a violência patrimonial. Segundo a pesquisa, percebe-se a necessidade de dialogar durante a formação, sobre os tipos de violência que acometem as mulheres, seja por meio das disciplinas, palestras, mesas redondas, eventos diversos. Não podemos deixar de citar os estágios, que por muitas vezes nos sentimos de mãos atadas quando presenciamos cenas de violência contra as mulheres dentro dos espaços escolares e nos sentimos receosas de falar sobre o assunto, pois não temos tempo hábil para conhecer os sujeitos do espaço escolar e a comunidade.

A próxima questão interrogava se **as estudantes se sentiam preparadas para a abordagem do tema na(s) escolas?**

50% das estudantes disseram que não se sentem preparadas para lidar com o tema da violência contra as mulheres e seis que possuem embasamentos para enfrentar essas violências, uma vez que dessas, três já atuam na profissão e outras três na área administrativa da escola, e de certo modo possuem convivências quando ocorrem violências contra as mulheres na escola.

É preocupante que as discentes que vão atuar na educação não saibam falar com segurança sobre as diversas formas de violência, dentre delas a violência contra as mulheres. Grande parte da violência contra as mulheres são cometidas fora do espaço escolar e não há como deixar de fora o que está na mente e no corpo das crianças e jovens que chegam à escola com traumas adquiridos da convivência familiar, social e escolar também.

Nem sempre as experiências dos(as) professores (as) adquiridas ao longo da vida e nas práticas educacionais vão proporcionar embasamentos para enfrentar esta violência. Além da necessidade de haver uma discussão maior acerca do tema, a formação continuada é algo também que reforçam os diálogos com os alunos, familiares e comunidade escolar. Nós, futuras profissionais da educação, seremos mediadoras no sentido de ensinar às crianças e aos

jovens que a violência de todos os tipos e particularmente a violência contra as mulheres não cabe mais. É preciso lutar contra as violências de todas as formas.

É muito importante, também, que o projeto político pedagógico da escola possa promover discussões sobre o tema, que sejam feitos investimentos em formação continuada sobre o tema, uma vez que a escola recebe mulheres em situação de violência e que suas profissionais devem estar aptas para lidar com tal situação.

No fim do questionário havia uma **questão aberta** na qual as participantes poderiam relatar ou sugerir algo sobre o tema. De modo sintético, as respostas a essas questões indicavam para a necessidade mais reflexões sobre o tema, formação continuada das professoras, especialmente para contribuir para prepará-las para mediar o diálogo com alunos, familiares e a comunidade escolar. Nos questionários ficou claro que, para as pedagogas em formação, os (as) professores (as) são mediadores (as) de aprendizagem, no sentido de ensinar às crianças e aos jovens que a violência destrói o humano e que combater a violência é um passo importante para se tiver esperanças de um mundo mais humano, buscando e praticando a igualdade entre todas as pessoas.

Ainda para a última questão, as estudantes indicaram que a violência deve ser vista como um problema social e que deve ser discutida com seriedade, articulando a outros temas como gênero e alcoolismo, fatores geradores de violência. Com esta pesquisa, fica nítida a importância da ampliação de espaços de discussão e reflexão sobre o tema da violência contra as mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra as mulheres é uma problemática que sempre existiu e recebeu notoriedade devido às lutas feministas. Atualmente, no Brasil, essa temática tem ganhado maior espaço para o seu debate, fazendo com que cada vez mais sejam evidenciadas as violências contra as mulheres, especialmente a partir de 2006 com a Lei Maria da Penha e em 2015 com a Lei do Feminicídio.

O conhecimento da violência contra as mulheres durante a formação docente não é somente responsabilidade da Universidade, mas esta tem uma parcela importante: não podemos formar profissionais da Educação sem abordar com centralidade o tema da violência contra as mulheres. A violência é um problema social e sendo assim deve ser enfrentada pelas variadas instituições, com responsabilidades compartilhadas entre os três entes da federação: municipal, estadual e federal. Ao longo deste trabalho, percebemos que existe muita legislação, mas que isso não impede que mulheres sejam vítimas em diversas circunstâncias, inclusive nas escolas.

A violência contra as mulheres tem aumentado além das instâncias sociais e econômicas, instaurando-se nas escolas como um fenômeno crescente, presente principalmente naquelas que se localizam nas áreas urbanas, alterando o comportamento dos(as) jovens que expressam a sua frustração sobre a família, a escola e a comunidade. É imprescindível que o combate à violência contra as mulheres seja um engajamento da sociedade, governo e, também, das escolas, que possuem função de educar.

Os aspectos observados durante a pesquisa com as discentes concluintes do Curso de Licenciatura em Pedagogia, turno noturno da UFPB, é que elas acham que o tema deveria ser mais explorado durante toda a formação. Afinal, é neste espaço acadêmico que fazemos estágios em diversas disciplinas e que elas de alguma forma, seja através da interdisciplinaridade ou por outro meio pedagógico, que seja abordado não somente nas teorias, mais também nas práticas durante os estágios, com intervenções em salas de aula da universidade ou fora delas.

Os resultados obtidos nesse trabalho, apontam a necessidade de mais ações que provoquem discussões e reflexões sobre o tema violência contra as mulheres, visando atingir uma maior aproximação de discentes. Somente através de estudos e informações podemos conseguir subsídios para atuar no enfrentamento a prevenção deste tipo de violência.

A Universidade, como instância de formação profissional, deve desenvolver estratégias educativas que contribuam para a redução das violências contra as mulheres. Isso é

fundamental para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e mais digna para todas e todos.

REFERÊNCIAS

BUENO, S.; LIMA, R. S. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2. ed. 2019 Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BLAY, E. A. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos Avançados. 17 (49), 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18398.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

_____. **BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 18 set. 2019.

_____. **BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série):** apresentação dos temas transversais e ética. Brasília, 1997.

_____. **BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em 18 set. 2019.

_____. **BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 18 set. 2019.

CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, D. C.; JUNQUEIRA, R. D. **Gênero e Diversidade Sexual: um glossário**. João Pessoa: Editora UFPB, 2009. Disponível em: <http://www.ufpb.br/escolasplurais/contents/noticias/didaticos/genero-e-diversidade-sexual-um-glossario>. Acesso em 18 set. 2019.

FÉLIX. **GÊNERO E FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES DE UMA PROFESSORA “ESPAÇO DO CURRÍCULO”**, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/rec.2015.v8n2.223231/13923>. Acesso em: 07 set. 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL. **CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E TEORIAS DA APRENDIZAGEM**. 2002. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/construcaoconhecimentoteorias1/?pagina=1>. Acesso em: 06 ago. 2019.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência Contra as Mulheres**. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contras-mulheres/>. Acesso em: 12 set. 2019.

LOUREIRO, A. M. L. Imaginário, violência e organização escolar: expressões míticosimbólicas. In: PORTO, S. T.; FERREIRA, S. B. (Org.). **Tessituras do imaginário**. Cuiabá: Edunic, Cice/Feusp, 2000.

PINTO, Celi. FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. In: **Revista de Sociologia e Poder**. Curitiba, v.18, n. 36, p.15-16. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159>. Acesso em: Acesso em 18 set. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA AS DISCENTES**1) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO****1.1) IDADE:**

- 1.2) RAÇA/COR:** BRANCA ()
PRETA ()
AMARELA ()
PARDA ()
INDÍGENA ()

1.3) DOMICILIO RESIDENCIAL:

JOÃO PESSOA ()
REGIÃO METROPOLITANA ()
OUTRO LOCAL () _____

1.4) ESTADO CIVIL

SOLTEIRA ()
CASADA ()
SEPARADA ()
DIVORCIADA ()
UNIÃO ESTÁVEL ()

1.5) TEM FILHOS(AS)

SIM () QUANTOS: _____
NÃO ()

1.6) TRABALHA

SIM () EM QUÊ? _____
NÃO ()

1.7) ORIENTAÇÃO SEXUAL

HETEROSEXUAL ()
BIXESSUAL ()
HOMOSEXUAL ()

2. NA SUA OPINIÃO, A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES É UMA TEMÁTICA IMPORTANTE PARA O CURSO DE PEDAGOGIA?

- ☐ CONCORDO TOTALMENTE
☐ CONCORDO PARCIALMENTE
☐ INDIFERENTE
☐ DISCORDO PARCIALMENTE
☐ DISCORDO TOTALMENTE

3. DURANTE SUA FORMAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA, O TEMA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES FOI ABORDADO?

- SIM ☐
NÃO ☐

3.1. EM CASO AFIRMATIVO, ONDE ACONTECEU?

☐ DISCIPLINA. QUAL? _____
EM QUAL PERÍODO? _____

- ☐ EM UM PROJETO
☐ EVENTO
☐ OUTRO QUAL? _____

4. EM SUA PERCEPÇÃO, ESSE TEMA DEVERIA SER MELHOR ABORDADO NO CURSO?

- ☐ SIM
☐ NÃO

4.1. EM CASO AFIRMATIVO, QUAL A SUA SUGESTÃO?

5. QUAIS OS TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES VOCÊ CONHECE?

() VIOLÊNCIA FÍSICA

() VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

() VIOLÊNCIA SEXUAL

() VIOLÊNCIA FÍSICA

() VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

() VIOLÊNCIA MORAL

() OUTRO. QUAL? _____

6. VOCÊ SE SENTE PREPARADA PARA A ABORDAGEM DO TEMA NA(S) ESCOLAS?

() SIM

() NÃO

6.1. COMENTE:

7. COMENTÁRIOS (CASO QUEIRA RELATAR OU SUGERIR ALGO SOBRE O TEMA DA PESQUISA, SINTA-SE A VONTADE)

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Discente,

Esta pesquisa é sobre **VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA**, e está sendo desenvolvida pela pesquisadora VERÔNICA ALVES MADRUGA, aluna do Curso de PEDAGOGIA (LICENCIATURA) da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profa. Dra. Jeane Felix da Silva.

O objetivo do estudo é conhecer as percepções das discentes do Curso de Pedagogia, Campus I, da UFPB, sobre a temática da violência contra as mulheres.

E a finalidade é contribuir para conhecer a importância do tema durante a formação das discentes e como saber se existe a necessidade de se conhecer mais sobre o tema.

Solicito sua colaboração para responder ao questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Informo que suas respostas serão estritamente confidenciais e são muito importantes para uma adequada análise dos resultados.

Sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo ou se resolver, a qualquer momento, desistir, não sofrerá nenhum dano.

Estarei a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa e para levar adiante a execução do objetivo acima enunciado que necessito sua preciosa colaboração. Assim, se você é conluente do Curso de Pedagogia nesta Universidade, venho solicitar humildemente que colabore nesta investigação mediante respostas ao questionário em anexo.

Agradeço desde já a disponibilidade e a entrega deste questionário totalmente preenchido à minha pessoa.

Com os melhores cumprimentos,

Verônica Alves Madruga
(vevica2010@hotmail.com)

Eu, _____, diante do exposto acima, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.